



ANALFABETOS NA UNIVERSIDADE?

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

A aprovação de um analfabeto no exame seletivo da Universidade Estácio de Sá e a matéria preparada e exibida pelo "Fantástico", seguida de outra matéria onde o mesmo indivíduo era novamente aprovado - desta vez com uma colega da classe de alfabetização - na Universidade Gama Filho, causaram um enorme mal estar na mídia, na população e no próprio Ministério da Educação, que se apressou nas medidas para aplacar a opinião pública.

As medidas anunciadas não atenuam o problema: a instituição deve incluir prova de redação com nota mínima - bastando, em princípio, não ser zero - não repetir o vestibular mais de duas vezes por período e exigir do candidato diploma do ensino médio ou certificado de que o está cursando para poder realizar o processo de ingresso.

Será que é aí que reside o problema? No conjunto de mais de mil instituições de ensino superior, o que quer dizer nota mínima para uma prova de redação? Saber assinar o nome? Escrever 20 linhas? Voltar os exames seletivos para duas datas fixas não é o retorno ao vestibular, cujos males o próprio Ministério vem denunciando e que foi abolido como exigência na nova LDB? Não, definitivamente não é esta a questão.

Antes de tudo, é preciso lembrar que, apesar do desconforto que a aprovação dos dois analfabetos provoca, eles não precisaram demonstrar condições acadêmicas de cursar o ensino superior. Na prática, eles não poderiam se matricular em nenhuma universidade, a menos que forassem um diploma.

As medidas do Ministério da Educação podem dar a impressão de garantir a qualidade mínima do ingressante nas instituições brasileiras de ensino superior, mas, em muitos países, basta terminar o ensino médio para ter lugar assegurado numa instituição de terceiro grau. A peneira ocorre dentro do sistema. Nem por isso o ensino superior nestes países é um desastre. Com o aumento da oferta de cursos e de vagas - o que aumenta a concorrência e não é um mal em si mesmo -, muitas instituições de ensino superior têm candidatos em número igual ou inferior às vagas que oferecem. Algumas por oferecerem vagas demais, com cursos geralmente ruins, outras porque oferecem cursos onde a concorrência local é demasiadamente acirrada.



*O que importa não é tanto a qualidade
do ingressante na instituição de ensino superior,
mas, sim, a do egresso!*

Existe um outro tipo de "processo seletivo", que só tem sentido se sua função for, além de classificar os estudantes, a de comprovar a suficiência de seus conhecimentos para cursar o curso pretendido. Esta prática já foi largamente utilizada e defendida, por exemplo, nas universidades públicas. A existência de exames com notas mínimas produziu, no entanto, em muitos casos, vagas ociosas, não preenchidas, que deixaram de atender a jovens candidatos, muitas vezes por exigências descabidas dos examinadores. Hoje, o consenso é de que as universidades públicas não deveriam criar obstáculos - além da limitação do número de vagas - para a entrada de estudantes em seus cursos, sendo o controle feito naturalmente pela concorrência, que impõe um padrão mínimo de desempenho para os aprovados.

Então onde está o mal que nos fez sentir profundo desconforto com a reportagem do "Fantástico"? O fato parece estar na presunção de que os candidatos mostrados no programa iriam cursar as universidades. Isto não é verdade.

O que nos faz sentir que há uma maldade por trás de tudo isso, é o fato de que foi criada a expectativa de que o aumento das vagas e dos cursos superiores nos últimos anos e o crescimento indiscriminado de algumas instituições de ensino superior (mais preocupadas em aproveitar nichos de mercado do que oferecer um bom ensino) resultariam numa queda de qualidade, sugerida pelos maus resultados que o ensino brasileiro tem obtido internacionalmente em todos os níveis.

A grande maldade é aceitar a inscrição de alguém que não tem condições de cursar o ensino superior e saber que nada dentro da instituição será feito para recuperá-lo. Ou aceitar quem quer que deseje ingressar na universidade, principalmente na paga, mesmo sabendo que esta pessoa será um futuro desistente, reprovado ou evadido, tendo financiado com seus primeiros meses de estudo grande parte da estrutura daqueles que terão êxito, ele mesmo não recebendo nada em troca. Pior ainda seria que fosse diplomado sem ter aprendido nada e se transformasse em mais um profissional incompetente, uma vez que, no Brasil, o diploma em quase todas as profissões habilita automaticamente ao exercício profissional, o que estimula a pacto do "pagou-passou".



Se uma instituição de ensino superior aceita o aluno, o mínimo que se espera é que ela o informe sobre as dificuldades que ele vai enfrentar e, se decidir aceitá-lo como estudante, esforçar-se legitimamente para que ele tenha sucesso.

É o engodo, o fingir examinar sem examinar, o fingir ensinar sem ensinar, o cobrar por um diploma sem substância, que fazem os brasileiros se sentirem tão mal com a matéria do "Fantástico".

Que nossa sociedade não se iluda: o que importa, finalmente, não é tanto a qualidade do ingressante, e sim a do egresso! Esperemos que o Ministério da Educação não se preocupe, neste ano eleitoral, com medidas "políticas", mas aprofunde e aperfeiçoe os processos de avaliação, estes sim, capazes de melhorar a qualidade do ensino brasileiro.

Texto inserido no site em janeiro / 2002 e publicado no Jornal Folha de S.Paulo em 06/01/02 -Coluna Opinião